



## NOTA DO SECRETARIADO DO COMITÉ CENTRAL

Porque somos comunistas, o nosso programa é o da instauração da ditadura do proletariado, a única verdadeira democracia, a democracia para quem trabalha e a ditadura contra quem explora e oprime. Não existe nenhuma democracia para toda a gente, uma democracia acima das classes que existem na sociedade actual onde um punhado de exploradores domina. A democracia de que fala o PS não é outra coisa senão uma máquina montada para oprimir a classe operária e todos os outros trabalhadores, ao serviço de um punhado de capitalistas que querem continuar a dominar e salvar os negócios da crise que os atravessa.

Contudo nós defendemos e defenderemos na primeira linha de combate as liberdades democráticas burguesas. Estaríamos, pois na disposição, perante a crescente ameaça de agressão por parte das duas superpotências, EUA e URSS, e dos golpismos dos seus lacaios internos, de apoiar um governo democrático burguês, que lutasse por actos bem concretos em defesa dos interesses do movimento anti-social-fascista e anti-fascista.

O programa da Resistência Popular lançado pela UCRP(ml) é o programa da luta por esses interesses. É o programa da luta contra a fome e desemprego, pelo Pão e pelo Trabalho; é o programa da luta contra o social-fascismo e o fascismo, pela manutenção e consolidação das conquistas e direitos democráticos dos trabalhadores; é o programa de luta contra o social-imperialismo e o imperialismo, contra a ameaça de guerra imperialista pela defesa da Independência Nacional.

Acaso o programa do governo PS vem ao encontro deste programa de luta imediato do proletariado?

O governo PS vem na continuação da política a meias tintas do PS e identifica-se com as linhas expressas no manifesto eleitoral de Ramalho Eanes, que não apoiamos. Vem na

continuação da política de portas abertas aos compromissos.

É um facto que largos sectores do nosso povo, das massas anti-social-fascistas e anti-fascistas têm os olhos postos no governo PS, à espera que ele lhes proporcione melhores dias.

Mas acaso o governo PS vem ao encontro das reivindicações económicas e sociais mais sentidas pelas massas trabalhadoras confrontadas com os efeitos da crise do capital? Não, absolutamente de modo nenhum.

O programa do governo PS é altamente anti-operário e anti-popular. Pretende resolver a crise capitalista contra as massas trabalhadoras para contento da alta finança. É o programa da famosa "reconstrução nacional". Diz que rejeita as bases da recuperação capitalista. Mas tal é inteiramente falso.

A manutenção das nacionalizações nada tem a ver com o socialismo, mas sim com o capitalismo monopolista de estado, com a substituição da velha camada de monopolistas e latifundiários pela nova camarilha de tecnocratas, políticos e militares de carreira, que tomaram conta do poder depois do 25 de Abril.

O PS fala da reorganização da actividade económica e da estabilização das relações de trabalho. E o que é isso? São tarefas puramente capitalistas, destinadas a fazer com que as massas trabalhadoras amarguem com os efeitos da crise.

De que se trata reorganizar a actividade económica? Muito simplesmente, estabelecer preços de verdade, indemnizar os antigos monopolistas e latifundiários, garantir o direito de reserva. De que se trata estabilizar as relações de trabalho? De endurecer as normas da contratação colectiva, de regulamentar o

controle de gestão para a empresa "produzir melhor", de atacar o clima reivindicativo, a redução do leque salarial, o abuso da greve e a escalada salarial instituindo uma norma nacional negociável anualmente pelos sindicatos e os patrões.

Que tem isto a ver com o socialismo? Que tem isto a ver com o bem estar social dos trabalhadores?

O PS fala ainda de assegurar a estabilização financeira. À custa de quê? Do agravamento dos impostos e da poupança forçada nas massas trabalhadoras, como vai acontecer com o 13º mês.

Com tudo isto o PS quer instituir um pacto social de forma a haver uma pacificação social; uma pacificação dos trabalhadores, para que a produtividade aumente e os novos senhores encham a mula.

Isto é uma política abertamente anti-operária e anti-popular e terá a firme oposição das massas trabalhadoras, com os comunistas marxistas-leninistas à cabeça.

Acaso o governo PS vem ao encontro da manutenção e consolidação das liberdades democráticas? Não, mais uma vez.

O governo PS está aberto aos compromissos. A política em que se enquadra é a da conciliação nacional para extirpar a psicose golpista, apoiando-se sem preconceitos ideológicos num ou noutro partido. Ora esta política é uma política de portas abertas à conciliação com o social-fascismo cunhalista, principal ameaça às liberdades democráticas.

O governo PS manifesta-se favorável a passar uma esponja sobre as actividades terroristas e golpistas do social-fascismo e do fascismo. Pretende deixar em águas de bacalhau o julgamento dos responsáveis do 11 de Março e do 25 de Novembro, o desmantelamento das redes terroristas a soldo da KGB e da CIA e deixar em liberdade os tercionários da PIDE/DGS e do COPCON.

O governo PS pretende criar um clima de segurança dirigindo a repressão não contra o social-fascismo e o fascismo, mas sim contra certas formas ditas de luta dos trabalhadores, isto é contra as massas trabalhadoras.

Anunciar a limitação do direito de greve e de outras conquistas demo-

cráticas dos trabalhadores é atentar contra a liberdade, e o nosso povo responderá firmemente a essas medidas anti-democráticas.

Acaso o governo PS vem ao encontro da luta pela Independência Nacional contra a política de ingerência das duas superpotências e contra a ameaça de guerra imperialista? Também não.

A política externa definida pelo governo PS é uma política de compromisso com as duas superpotências, EUA e URSS.

Por um lado não há demarcação alguma face aos EUA, mais uma vez tratados por tradicionais amigos! Por outro lado a defesa do espírito de Helsínquia e o propósito de lutar pelo êxito da Conferência de Belgrado fazem o jogo da União Soviética, principal instigadora dessas manobras ilusórias da paz e desanuviamento.

Declarar, como o faz o governo PS, que circunstancialmente é necessário adaptar a política externa do nosso país às necessidades da ajuda económica externa das outras potências imperialistas, estando pronto a cumprir as obrigações decorrentes de tais actos, é à partida deixar a porta aberta à subordinação às potências estrangeiras, e na ocorrência às duas superpotências, EUA e URSS. Pouco adianta exigir, da diplomacia portuguesa que mantenha sempre bem expressa a dignidade nacional, se esta começa por estar ausente do programa do PS!

Tal política do governo PS não vai ao encontro da independência nacional a que as largas massas aspiram, e em particular a defesa do espírito de Helsínquia, arma utilizada pela URSS, não garante a defesa da integridade da soberania de Portugal! No entanto, apoiaremos todas as medidas no plano da política externa que se oponham às duas superpotências, que reforçam a unidade económica e política europeia no seio da NATO, a integração na CEE e no Conselho da Europa, e que reforçemos as nossas relações com os países do terceiro mundo. Apoiaremos firmemente o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China e

da Albania, países verdadeiramente socialistas, amigos autênticos do povo português.

Estaremos vigilantes em relação aos acordos dos Açores; combateremos o restabelecimento de relações com o estado sionista de Israel e com o governo de Agostinho Neto, analisaremos os termos da revisão do Pacto Ibérico.

Apoiaremos e exigiremos uma política de defesa nacional inserida na defesa contra o agressivo Pacto de Varsóvia, e de constituição de um exército nacional ligado ao povo capaz de desenvolver uma luta de libertação nacional contra o invasor estrangeiro, e que nas condições actuais de ameaça de guerra imperialista e de invasão por uma das superpotências, é bem necessário.

Assim do ponto de vista do programa da Resistência Popular os propósitos do governo PS não vão ao encontro dos anseios mais imediatos do nosso povo. Assim a UCRP(ml) não dá o seu apoio político ao governo PS.

A UCRP(ml) combaterá com firmeza as medidas anti-populares, anti-democráticas e anti-nacionais do governo PS, mas no entanto não apelará nas circunstâncias actuais ao derrube deste governo, porque por detrás dele, espregueia uma famigerada "maioria de esquerda" ao serviço de Moscovo, pela qual pugnam as forças negras do social-fascismo e dos seus lacaios dentro e fora do PS.

A UCRP(ml) alerta a classe operária e as massas trabalhadoras para o carácter de compromisso do governo PS e aponta o risco de ele se transformar num governo de passagem, ao qual se substitua um governo com a participação dos cunhalistas.

Só o combate firme e sem tibiezas contra a escalada social-fascista e os compromissos do PS com os cunhalistas o poderá impedir!

O SECRETARIADO DO COMITÉ CENTRAL  
DA UCRP(ml)

Agosto de 1976

**LÊ, APOIA E DIVULGA "O COMUNISTA"**

**ORGÃO CENTRAL DA UCRP (m.l)**